

Economia - Brasil O fim da recessão

Os principais indicadores econômicos apontam no sentido de que o Brasil já está liberto do processo recessivo, conforme assinalou o presidente da República, Itamar Franco, em sua mensagem de final de ano. Embora só o desdobramento dos eventos econômicos possa autenticar a retomada do crescimento de forma perene, o fato é que nos 365 dias de 1993 houve expansão real do Produto Interno Bruto. Algumas estatísticas de perfil alarmante, como os índices de mortalidade infantil, declinaram para patamares menos dramáticos.

Estudos recentes da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão insuspeito da Organização das Nações Unidas, informam que o Brasil liderou a expansão no subcontinente. Trata-se de constatação auspiciosa por múltiplas razões. Em primeiro lugar, porque não se esperava que uma economia submetida aos efeitos catastróficos de uma inflação anual acima de dois mil 500 por cento, no conceito do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), pudesse reunir fôlego e obstinação para crescer acima de taxas vegetativas. Depois, em razão da estabilidade de algumas economias regionais, como o México e o Chile, de regra apontadas como aptas a um desenvolvimento acelerado e à incorporação de tecnologias de última extração.

De fato, a taxa de expansão de 4,5 por cento alcançada pela economia brasileira em 1993 situou-se bem acima da média latino-americana, da ordem de 3,2 por cento. A par disso, há um dado exponencial a ser recolhido com o maior otimismo. É que a indústria contribuiu para a formação do percentual de desenvolvimento com uma produção dez por cento superior à do ano passado. Ainda a anotar outro aspecto relevante, eis que os adicionais do desempenho industrial foram destinados, quase por inteiro, às

exportações, num atestado de capacidade competitiva do produto brasileiro nos mercados externos.

Malgrado as quedas nas taxas de desemprego representem alívio no mercado de trabalho pouco expressivo, considerada a permanência de uma média de 4,57 por cento de trabalhadores desempregados (dados de novembro) nas seis maiores regiões metropolitanas do País, trata-se de um referencial positivo. É indispensável não perder de vista que a relação desigual entre crescimento econômico e oferta de emprego resulta da elevação considerável dos índices de produtividade, em função da qual se torna menor a exigência de mão-de-obra. A questão do desemprego só será resolvida, em termos aceitáveis, quando o País ocupar novos espaços em seu potencial de desenvolvimento econômico não resultantes da melhoria dos índices de produtividade.

O Orçamento da União agora submetido a um aperto draconiano, a fim de eliminar por completo o déficit público, insere um condição recessiva no horizonte econômico. Todavia, o Governo tem meios de opor dique seguro a eventual recidiva da recessão, mediante maior agressividade na execução do Programa Nacional de Desestatização. A alienação de empresas estatais em velocidade e dimensão compatíveis com a urgentíssima necessidade de desmobilizar o Estado ensejará a formação de saldos não orçamentários para aliviar os encargos governamentais. Além disso, tudo indica que o ajuste fiscal proposto ao Congresso será aprovado, devido às áreas de solidariedade parlamentar já conquistadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Em consequência, forma-se quadro muito favorável ao declínio da inflação e ao encontro da estabilidade, as estruturas aptas a derrubar, em definitivo, a recessão.